



O Governo Bernardes e a intervenção federal na Bahia (1922-1924).

Esse texto pretende apresentar a disputada sucessão de 1923-24 no governo da Bahia como um dos fatores que provocaram instabilidade no governo de Artur Bernardes (1922-1924). Com isso, chamarei a atenção para a necessidade de um olhar mais apurado sobre a intervenção federal ocorrida no estado em 1924 e de modo geral sobre as intervenções federais ocorridas na I República.

Na Bahia em 29 de março de 1924, foi sob intervenção federal autorizada por Bernardes que o cargo de governador foi transferido de J. J. Seabra para Góis Calmon. No início de 1921, Seabra e o senador Rui Barbosa, líderes do governo e da oposição, estabeleceram acordo informal com vistas às eleições presidenciais de março de 1922. Aceito pelo seabrista Partido Republicano Democrata (PRD) e o ruísta Partido Republicano da Bahia (PRB), o acordo previa que governo e oposição apoiar-se-iam mutuamente para a indicação de nome baiano como candidato oficial à vice-presidência ou à Presidência da República. A expectativa era a de que Seabra saísse candidato a vice-presidente ou Rui a presidente, com o apoio conjunto dos dois partidos. Acordos entre oposição e governo eram entabulados no mesmo período nos estados do Rio e Pernambuco, todos com vistas à sucessão presidencial de Epiácio Pessoa (1919-1922).¹

Entretanto, os líderes do PRB romperam esse acordo quando foi derrotada a candidatura de Rui e a de Seabra foi lançada pela Reação Republicana, chapa de oposição ao candidato oficial Bernardes. No decorrer de 1922, começou a se configurar o “caso baiano”, isto é, a disputa entre situação e oposição em torno das eleições para o governador da Bahia, marcadas para o segundo semestre de 1923. Concomitantemente, constituíam-se “os casos” do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. Esses três estados

¹ BRITO, J. *A Bahia dos Calmon*. Salvador, Ufba, 2014 (História, dissertação de mestrado), p. 31; FERREIRA, Marieta de M. *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1989; TORRES, Marcos Paulo. Verbete de José Bezerra. *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)* do CPDOC/FGV. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 2/7/2013.



eram integrantes da Reação Republicana e agora abrigavam oposições ansiosas por obter o apoio do futuro presidente Bernardes para derrubar os governos de Seabra (BA), Nilo Peçanha (RJ) e Borges de Medeiros (RS). A intervenção federal era o instrumento concretizaria o apoio do Catete às oposições e contra os governos estaduais.

De modo geral, as intervenções federais são interpretadas mais como fator de debilidade fiscal, política e militar dos estados que as sofreram do que como fator de crise no sistema federalista.² Essa abordagem perde de vista o papel jogado pelos demais estados e pelos três poderes da União. Em seu estudo sobre a Bahia na I República, Eul-Soo Pang chega a afirmar que a intervenção era um instrumento cômodo com que o governo federal recompensava aliados e castigava adversários nos estados.³ Apresentarei evidências documentais de que a análise pode ser mais nuançada, captando o complicado jogo, provocado pela intervenção federal, entre os diversos estados, líderes e instituições.

O governo de Bernardes começou com desafios na área econômico-financeira, militar e política. Do governo anterior, herdara grave desequilíbrio orçamentário, o qual ameaçava a execução de programa de defesa do café firmado entre os partidos republicanos de Minas e São Paulo. Bernardes precisava manter a ordem na capital federal durante o processo judicial dos implicados na revolta dos 18 do Forte de Copacabana (5 de julho de 1922). Como dito, havia ainda a expectativa de que o governo interviesse nas disputas entre governo e oposição na Bahia, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Nesses e outros casos, estava em questão era a construção ou a desagregação das bases de apoio ao novo governo. De acordo com o deputado mineiro Afrânio de Melo Franco, era preciso “acalmar a opinião e preparar o país para os trabalhos árduos do futuro governo, cuja tarefa é muito pesada”.⁴ Um admirador do presidente escreveu que os governistas acreditavam que “o quadriênio Bernardes-Estácio começava *fraco*, precisava de força e [que] essa só lhe podia vir de uma política elevada e... *nacional*”. De acordo com um testemunho, o vice-presidente eleito Estácio Coimbra teria dito que “o quadriênio Bernardes-Estácio começava *fraco*, precisava de força e [que] essa só lhe podia vir de

² SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma Política da Acomodação*. Salvador: Edufba, 1998, p. 43 e ss. LEITE, Rinaldo. A ‘baianidade’ das elites nas primeiras décadas republicanas. In BELLINI, Lígia; NEGRO, Antônio L. e SOUZA, Evergton Sales (org.). *Tecendo Histórias*. Salvador, Edufba, 2009, p. 188.

³ PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1934*, p. 147.

⁴ Carta de Afrânio de Melo Franco a Artur Bernardes. 7/14/1922. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL). Fundo Artur Bernardes (FAB). Microfilme (MR) 29.



uma política elevada e... *nacional*". Para ele era preciso alertar Bernardes contra as solicitações de intervenção federal partidas das oposições na Bahia e no Rio.⁵

No entanto, Bernardes recusou-se a estabelecer acordo com o candidato de Nilo Peçanha ao governo do Rio, como revelam as cartas trocadas entre o governador paulista Washington Luís e Arnolfo Azevedo, presidente da Câmara dos Deputados.⁶ Na carta fica claro que a condução dada por Bernardes ao caso fluminense tencionou a aliança entre, de um lado, São Paulo e, de outro, os governos federal e mineiro. Diferente de Bernardes e do governador mineiro Raul Soares, os paulistas eram contrários à intervenção federal no Rio. Azevedo disse em carta a Washington Luís que via “com desgosto e muitas apreensões, que teremos a pior de todas as soluções” para o caso do Rio, ou seja, a “destruição [ou destituição] dos poderes locais por ato exclusivo do poder Executivo Federal e [a] eleição de novos poderes estaduais e até municipais. A vassoura, em suma”.⁷ Entretanto, os líderes paulistas não condenaram publicamente a intervenção federal no Rio, principalmente para conservar o apoio federal ao programa de defesa do café.⁸ Esse recuo representou desgaste para o governo de São Paulo, que já havia feito declarações públicas contrárias a intervenções nos estados.⁹

Entretanto, Bernardes foi mais cauteloso no caso do Rio Grande do Sul. Um dos opositoristas gaúchos lembraria mais tarde que o presidente fechou-se aos pedidos de intervenção dos federalistas guiados por Assis Brasil.¹⁰ Para Joseph Love, o presidente não decretou intervenção federal contra o governador gaúcho Borges de Medeiros porque não tinha certeza quanto à obediência das numerosas forças do Exército estacionadas no Rio Grande do Sul. Caso estas assentissem, sua dúvida recaía sobre o caráter de uma vitória sobre a bem armada Brigada Gaúcha.¹¹

⁵ Carta de Raul Falcão a remetente desconhecido. 18/8/1922. AEL. FAB. MR 29. Grifo no original. O artigo foi publicado na *Gazeta de Notícias*, 16/8/1922.

⁶ Carta de Otávio Rocha a Washington Luís. 8/1/1923. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Arquivo Washington Luís (AWL). Caixa 195. Pasta 3. FERREIRA, Marieta de M. *Conflito Regional e Crise Política: a reação republicana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Cpdoc, 1990, p. 70.

⁷ Carta de Arnolfo Azevedo a Washington Luís. 6/1/1923. APESP. Caixa 188. Pasta 1; carta de Arnolfo Azevedo a Washington Luís. 7/1/1923. APESP. AWL. Caixa 188. Pasta 1. Carta de Arnolfo Azevedo a Washington Luís. 12/1/1923. APESP. AWL. Caixa 188. Pasta 1.

⁸ Minuta de carta de Washington Luís a Arnolfo Azevedo. 8/1/1923. APESP. AWL. Caixa 188. Pasta 1.

⁹ Minuta de carta de Washington Luís a Arnolfo Azevedo. 8/1/1923. APESP. AWL. Caixa 188. Pasta 1; minuta de carta de Washington Luís a Carlos de Campos. 10/1/1923. APESP. AWL. Caixa 241. Pasta 1; minuta de carta de Washington Luís a Arnolfo Azevedo. 17/4/1923. APESP. AWL. Caixa 188. Pasta 1;

¹⁰ Carta de Antunes Maciel a Washington Luís. 18/8/1925. APESP. AWL. Caixa 189. Pasta 1.

¹¹ LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 123. PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1934*, p. 138.



Tal observação integra o argumento regularmente usado de que o peso do Rio Grande do Sul, Minas e São Paulo na federação brasileira explicava-se também pelo seu poderio militar e sua capacidade de opor-se a intervenções. Do outro lado, estariam os estados considerados frágeis, como a Bahia, cuja polícia era, nas palavras de Eul-Soo Pang, um exército de ralé, composto de homens mal pagos e indisciplinados.¹² Entretanto, o próprio Love afirma que a indisposição do novo presidente em decretar intervenção federal contra o Rio Grande do Sul tinha a ver com o apoio que os gaúchos lhe ofereceram no Parlamento, inclusive para intervir no estado do Rio de Janeiro. O testemunho do embaixador estadunidense, Edwin Morgan, confirma que o governo federal evitava intervir no Rio Grande do Sul por temor de que o Exército não cumprisse suas ordens. Entretanto, ele afirmou que o objetivo da intervenção seria socorrer e não derrubar Borges de Medeiros.¹³ Esse pequeno indício aponta a disposição de Bernardes de acomodar-se com o governo gaúcho e de certa forma relativiza a superioridade da Brigada Gaúcha ou a articulação entre PRR e Exército como fatores que explicariam a não ocorrência de uma intervenção federal no Rio Grande do Sul. Confirma o dado de que Bernardes percebia o risco de seu envolvimento no caso gaúcho revelar áreas de resistências a sua autoridade no seio do Exército. Morgan observaria que foi crucial para a restauração da paz nacional a decisão do mineiro de se manter distante da intervenção federal no Rio Grande do Sul.¹⁴

No caso da Bahia, o governador em tese não possuía uma força policial equiparável à Brigada Gaúcha. Mas há claros sinais de que Bernardes adotou no estado procedimento semelhante ao que fez no Rio Grande do Sul, isto é, deixou que as forças da oposição e do governo se exaurissem e daí surgisse a condição ideal para um acordo entre as partes. Já antes da posse do novo presidente, o opositor baiano Aurelino Leal e os correligionários de Rui procuraram sem sucesso o apoio de São Paulo, de Minas Gerais e do presidente Epitácio para obter na Bahia uma intervenção federal contra Seabra.¹⁵ O Catete julgou forçada a interpretação que os baianos davam ao dispositivo constitucional que regulava as intervenções. O governador paulista eximiu-se e chamou atenção para o

¹² PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1934*, p.147.

¹³ Embaixada do Rio de Janeiro, despacho nº 2015 de 29/1/1923. AEL. Arquivos Diplomáticos e Estrangeiros sobre o Brasil (ADEB).

¹⁴ Embaixada do Rio de Janeiro, despacho nº 2117 de 20/12/1923. AEL. ADEB.

¹⁵ Carta de Aurelino Leal a Raul Soares. 5/1/1922. AEL. FAB. MR 29. Aurelino esperava que na ocasião Epitácio Pessoa realizasse algumas nomeações chave, mantivesse o atual comandante da Região e não realizasse intervenção para apoiar o governo.



risco de o plano ser derrotado no Congresso Nacional. Já Bernardes não tomou qualquer medida concreta para atender à solicitação de seus aliados da Bahia.¹⁶

Logo depois da intervenção no Rio, os opositoristas baianos ansiavam por valer-se do precedente e de sua influência junto ao Catete para provocar a desejada intervenção na Bahia. Isso num momento muito favorável, isto é, as eleições para a Assembleia Legislativa, a qual empossaria em 1924 o governador a ser eleito no final de 1923. Os jornais de Salvador começaram a divulgar a informação de que a intervenção teria como justificativa a situação de desorganização financeira do estado. Em reação, Seabra realizou junto ao Banco Econômico da Bahia um empréstimo de 70 mil contos de réis para unificar a dívida interna do estado e livrar o tesouro das inúmeras obrigações que o assolavam com altos juros e prazos apertados.¹⁷ Enquanto o *A Tarde* indicava irregularidades no empréstimo, Seabra passou a trabalhar nos bastidores para lançar, como candidato de conciliação, Góis Calmon, dirigente do Banco Econômico e irmão de um dos líderes da oposição, Miguel Calmon, ministro da Agricultura.¹⁸ A candidatura Góis Calmon representava um realinhamento possível entre o estado e o Catete, no qual o seabrismo encontraria espaço de acomodação e os irmãos Calmon assumiriam a proa da política estadual. Exatamente por isso, o nome do Góis Calmon não era bem aceito pelos demais membros da oposição, os quais, certos de que obteriam o apoio de Bernardes, deram continuidade às articulações pela a intervenção federal.

Entretanto, o desenrolar dos acontecimentos revela que o governo federal não se aproveitou do clima de agitação para aprovar a intervenção federal na Bahia. Após as

¹⁶ Carta de Aurelino Leal a Artur Bernardes. 20/7/1921. AEL. FAB. MR 29; carta de Aurelino Leal a Artur Bernardes. 25/7/1922. AEL. FAB. MR 29. 25/7/1922.; carta de Otávio Mangabeira a Carneiro Resende. 26/7/1922. AEL. FAB. MR 29; carta de Aurelino Leal a Artur Bernardes. 3/8/1922. AEL. FAB. MR 29; carta de Aurelino Leal a Artur Bernardes. 6/8/1922. AEL. FAB. MR 29; carta de Artur Bernardes a Aurelino Leal. 6/8/1922. AEL. FAB. MR 29; carta de Aurelino Leal a Artur Bernardes. 12/8/1922. AEL. FAB. MR 29; carta de Aurelino Leal a Artur Bernardes. 14/8/1922. AEL. FAB. MR 29; carta de Aurelino Leal a Artur Bernardes. 26/8/1922. AEL. FAB. MR 29; carta de Otávio Mangabeira a Carneiro Resende. 24/8/1922. AEL. FAB. MR 29; carta de Aurelino Leal a Washington Luís. 30/7/1922. APESP. AWL. Caixa 244. Pasta 1; carta de Aurelino Leal a Washington Luís. 12/8/1922. APESP. AWL. Caixa 244. Pasta 1.

¹⁷ *O Democrata*. 27/8/1922.; 30/8/1922.; 2/9/1922.; 22/9/1922. *O Democrata*. 8/10/1922. Diante das críticas do *A Tarde*, Góis Calmon explicou entrevistas ao *Diário da Bahia* e ao *Diário de Notícias* os benefícios do empréstimo para o Tesouro do Estado: *Diário da Bahia*. 18/12/1922. *Diário de Notícias*. 17/12/1922. Através de um estudo sobre as relações entre autoridades da Bahia e grandes empresas capitalistas brasileiras e estrangeiras, Joaci Cunha expõe o impacto desastroso das administrações seabristas sobre as finanças públicas da Bahia: CUNHA, Joaci. *O fazer político da Bahia na República Velha, 1906-1930*. Salvador: Ufba, 2011 (História, tese de doutorado).

¹⁸ Com apreensão, parte das oposições percebeu de imediato a relação entre o empréstimo e o desejo de Seabra de acomodar-se via Calmon com o governo federal, afastando o risco da intervenção. Carta de Fiel Fontes a Otávio Mangabeira. 29/10/1922. FPC/CMB. AOM. 546. Em maio de 1923, Artur Bernardes seria informado sobre o assunto: Carta de Joaquim Teixeira a Artur Bernardes. 22/4/1923. AEL. FAB. MR 11.



eleições para a Assembleia Legislativa, os oposicionistas constituíram-se em junta apuradora que reconheceria deputados contrários ao governo de Seabra. O suplente de juiz Estelita Pessoa emitiu um *habeas corpus* para garantir o direito de reunião dessa junta. Com o objetivo de provocar a intervenção federal, Pessoa enviou o *habeas corpus* para o STF. Dias depois, o juiz Ajuricaba de Menezes emitiu outro *habeas corpus* para que os deputados reconhecidos pela junta oposicionista tivessem o direito de se reunir no edifício da Assembleia Legislativa. Como Pessoa, Menezes também enviou o *habeas corpus* para o STF e requisitou força contra o governo estadual, exigindo o cumprimento do *habeas corpus*.¹⁹

Entretanto, ficou clara para a oposição a falta de apoio de Bernardes, do ministro da Justiça, João Luís Alves, e do próprio ministro Calmon. Em carta dirigida ao irmão, João Mangabeira relatou como não lhe foi dada a mão por Calmon, ficando sozinho em seu empenho de bastidor para evitar que os ministros do STF realizassem uma sessão em que inevitavelmente seria derrubado o *habeas corpus* de Pessoa.²⁰ Mesmo assim, depois de árduo trabalho dele, de Aurelino Leal e de Otávio Mangabeira, os oposicionistas conseguiram fazer que o presidente do STF enviasse a João Luís o ofício de Ajuricaba Menezes, pedindo o envio de força federal. Em resposta, o ministro limitou-se a telegrafar a Seabra, solicitando que permitisse o acesso dos deputados da oposição ao prédio da Assembleia Legislativa, o que na prática representou o enterro do complô oposicionista.²¹ Mais tarde, o próprio João Luís e o ministro da Marinha enviariam ao presidente da assembleia governista telegrama agradecendo o anúncio de sua instalação, o que pareceu

¹⁹ Telegrama de Aurelino Leal a Otávio Mangabeira. 23/3/1923. Fundação Pedro Calmon (FPC)/Centro de Memória da Bahia (CMB). Arquivo Otávio Mangabeira. 2214; telegrama de Aurelino Leal a Otávio Mangabeira. ?/3/1923. Fundação Pedro Calmon/Centro de Memória da Bahia. AOM. 4249.

²⁰ Sobre a atuação profissional e política do advogado João Mangabeira em Ilhéus, ver: Falcón, Gustavo. *Coronéis do Cacaú*. Salvador: Edufba, 1995, p. 93-94.

²¹ Carta de João Mangabeira a Otávio Mangabeira. ?/3/1923. FPC/CMB. AOM. 4249. Telegrama de João Mangabeira a Otávio Mangabeira. 26/3/23. Telegrama de Aurelino Leal a Otávio Mangabeira. 28/3/1923. FPC/CMB. AOM. 4304. As atitudes do ministro da Justiça estão registradas nos seguintes documentos: Telegrama de Aurelino Leal a Otávio Mangabeira. 27/3/1923. FPC/CMB. AOM. 2216; telegrama de Miguel Calmon a Otávio Mangabeira. 23/3/1923. FPC/CMB. AOM. 4297. Telegrama de Aurelino Leal a Otávio Mangabeira. 27/3/1923. FPC/CMB. AOM. 4302; telegrama de Aurelino Leal a Otávio Mangabeira. 27/3/1923. FPC/CMB. AOM. 4307; telegrama de Aurelino Leal a Otávio Mangabeira. 27/3/1923. FPC/CMB. AOM. 4306; telegrama de João Mangabeira a Otávio Mangabeira. 27/3/1923. FPC/CMB. AOM. 2216; telegrama de João Mangabeira para Otávio Mangabeira. 28/3/1923. FPC/CMB. AOM. 2217; telegrama de João Mangabeira a Otávio Mangabeira. FPC/CMB. AOM. 2218; telegrama de Aurelino Leal a Otávio Mangabeira. 28/3/1923. FPC/CMB. AOM. 4303; telegrama de Aurelino Leal a Otávio Mangabeira. 28/3/1923. FPC/CMB. AOM 4305.



um sinal de que autoridades federais a reconheçam.²² Em outra sessão do STF, o *habeas corpus* Menezes seria derrubado, como fora o de Pessoa.²³

Em abril de 1923, Arnolfo Azevedo evitava conversar em rodas políticas da posição que São Paulo assumiria diante dos casos políticos, em parte por não receber orientações de Washington Luís e em parte por ser incapaz de decifrar qual direção tomaria o governo federal para a resolução dos “casos graves”, a saber, Bahia e Rio Grande do Sul. Explicou que Bernardes evitava tratar do assunto, inclusive entre os aliados: “todos se queixam de que o presidente está se isolando de todos e até dos amigos, que não recebe, parecendo que a secretaria tem o propósito de sequestrá-lo e pô-lo incomunicável”. Em nova carta a Washington Luís, referiu-se a “dificuldades” com que a intervenção federal no Rio de Janeiro embaraçara o Catete. Presidente da Câmara dos Deputados, fez referências aos apertos que aguardavam o presidente da República nas vindouras sessões do Congresso Nacional.²⁴ Opinião semelhante manifestou o *Diário de Notícias*, para o qual Bernardes estava sobrecarregado com as incompatibilidades que a intervenção contra o governo fluminense trouxera ao seu governo. Para o jornal, o presidente era contrário à intervenção na Bahia pela mesma razão que se opusera a intervir no Rio Grande do Sul: precisava de apoio no Parlamento.²⁵

Sob a promessa de que defenderia seus interesses na política do estado, Bernardes solicitou à CRB que aceitasse a candidatura Góis Calmon quando o PRD a lançou em outubro de 1923, o que foi aceito por alguns líderes e rejeitado por outros. Tais promessas foram reafirmadas em reuniões no palácio do Catete, quando o presidente reassegurou à oposição baiana sua “aversão ao seabrismo”.²⁶ Entretanto, uma reviravolta trouxe turbulência quando, inclinando-se pela facção do PRD orientada pelos Moniz, Seabra rompeu com a candidatura de Góis Calmon, ao perceber que ela não lhe garantia o desejado retorno ao Senado. Mas ele perdeu o apoio da facção governista liderada por Frederico Costa, a qual contava com maioria na Assembleia Legislativa da Bahia. Seabra foi ainda abandonado por dois secretários de governo, enquanto as adesões ao nome do banqueiro não deixaram de crescer – tanto na capital quanto entre os chefes sertanejos.²⁷

²² Telegrama de Simões Filho a Otávio Mangabeira. 1/9/1923. FPC/CMB. AOM. 1354. *O Democrata*. 14/4/1923.

²³ *O Democrata*. 29/3/23; 3/4/23; 4/4/23; 10/4/1923.

²⁴ Carta de Arnolfo Azevedo a Washington Luís. 15/4/1923. APESP. AWL. Caixa 188. Pasta 1.

²⁵ *Diário de Notícias*, 22/3/1923.

²⁶ Telegrama de Otávio Mangabeira a Simões Filho. FPC/CMB. AOM. 1923.

²⁷ SAMPAIO. *Partidos Políticos na Bahia da Primeira República*, p. 180.



Com efeito, a intervenção só foi decretada para a Bahia em março de 1924 e a ainda assim para consagrar uma situação já consagrada, isto é, um acordo entre oposição e governo que excluiria Seabra, mas manteria no poder seus antigos aliados e o próprio PRD. No processo, prevaleceu a acomodação entre o governo federal e o estadual. O fato mais evidente disso é o de que ao longo do governo de Góis Calmon permaneceria latente o conflito entre os irmãos Calmon, seus aliados do PRB e os ex-seguidores de Seabra, lotados no PRD. Todos passariam a integrar o novo governo estadual.

Esse texto apresentou evidências documentais de que as intervenções federais não eram instrumento cômodo nas mãos dos presidentes da República para castigar adversários e premiar aliados nos estados, mesmo no governo do autoritário Bernardes. Primeiro, o governo começou frágil e por isso sua margem de manobra era limitada. Segundo, no caso do Rio, a intervenção federal foi de fato executada contra Nilo Peçanha, mas isso trouxe dificuldades ao Catete, no Congresso Nacional e em sua relação com os aliados políticos, principalmente São Paulo. Terceiro, no caso do Rio Grande do Sul, prevaleceu a acomodação e isso pode ter se dado por razões mais políticas do que militares. Quarto, no caso da Bahia, onde não havia poderosa força militar, a intervenção só ocorreu para consagrar o acordo já firmado entre oposição e governo, mesmo que sem a participação de Seabra.